



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Av. dos Portugueses, 1966, - Bairro Vila Bacanga, São Luís/MA, CEP 65080-805
Telefone: (98) 3272-8000 - <https://www.ufma.br>

Instrução Normativa nº 1731344/2025/FUMA/OEG/PROEN/UFMA

Estabelece orientações quanto aos registros de frequências dos discentes em regime de exercícios domiciliares dos cursos de graduação na modalidade presencial da UFMA.

O PRÓ-REITOR DE ENSINO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais,

Considerando a Resolução nº 1.892-CONSEPE, de 28 de junho de 2019, que trata das normas regulamentadoras dos cursos de graduação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA);

R E S O L V E:

Art. 1º Regulamentar os procedimentos quanto aos registros de frequência de discentes, dos cursos de graduação na modalidade presencial da UFMA, quando submetidos ao regime de exercícios domiciliares.

Art. 2º Para efeito desta Instrução Normativa considera-se que exercícios domiciliares são aqueles que devem ser realizados durante seu afastamento, de forma a evitar a perda de conteúdos durante suas ausências às aulas, conforme art. 153 da Resolução nº 1.892/2019- CONSEPE.

§ 1º Os componentes curriculares de natureza eminentemente prática, o estágio obrigatório e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não se enquadram no regime de exercícios domiciliares, sendo recomendado o cancelamento destes componentes.

Art. 3º Os exercícios domiciliares poderão ser solicitados pelos discentes que se enquadrarem nas condições abaixo descritas, conforme estabelecido no art. 154 da Resolução nº 1.892/2019- CONSEPE:

I - estudante gestante, a partir do 8º mês de gestação e durante 03 (três) meses, podendo ser aumentado o prazo por necessidade apontada em atestado médico, nos termos da Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, e do Decreto- Lei nº 1044, de 21 de outubro de 1969;

II - estudante adotante, durante 03 (três) meses, a partir da data da guarda, desde que comprovada por decisão judicial;

III - estudante portador de afecção que gera incapacidade física relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos acadêmicos, desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade acadêmica em novos moldes, conforme legislação vigente;

IV - estudantes que apresentarão trabalho em congresso ou evento científico, de âmbito regional, nacional e internacional, ou participantes de competições artísticas ou desportivas, de âmbito regional, nacional e internacional, desde que registrados como participantes oficiais; e

V - estudantes que precisam se ausentar para exercer representação estudantil em instituições oficiais nacionais ou internacionais, desde que registrados como participantes oficiais.

Art. 4º O regime de exercícios domiciliares deverá ser solicitado por meio do Sistema Acadêmico, na funcionalidade de "Atendimento ao Aluno", no menu "Outros - Coordenação de Curso". A solicitação deverá estar acompanhada do documento comprobatório especificado no art. 155 da Resolução nº 1.892/2019 -CONSEPE.

Art. 5º À estudante gestante ou adotante, ou ao portador de afecção que gere incapacidade física relativa incompatível com a frequência aos trabalhos acadêmicos, é facultado o pedido de trancamento de curso, conforme estabelecido no Art. 154 da Resolução nº 1.892/2019 - CONSEPE.

Art. 6º Nas situações em que o atestado médico especifique que, temporariamente, não estão preservadas as condições intelectuais e emocionais necessárias ao prosseguimento das atividades acadêmicas, será facultado ao (à) discente requerer o trancamento do curso.

Art. 7º Os docentes devem elaborar um programa especial de estudos para que o regime de exercícios domiciliares possa ser efetivado, adequando-o à especificidade do estudante, conforme estabelecido no Art. 157 da Resolução nº 1.892/2019 - CONSEPE.

§ 1º O programa especial de estudos deverá abranger a parte correspondente do plano de curso do componente curricular no período de afastamento ou licença.

§ 2º O programa especial de estudos deverá prever:

- I - conteúdo;
- II - metodologia;
- III - atividades;
- IV - avaliação; e
- V - prazos.

§ 3º O programa de estudos da disciplina, no caso de concessão do regime de exercícios domiciliares, deverá conter, de forma detalhada: os conteúdos a serem estudados, a metodologia a ser aplicada, as atividades a serem realizadas, os prazos para cumprimento de cada atividade e os critérios de avaliação, considerando as especificidades do(a) discente e a natureza excepcional do regime domiciliar.

§ 4º Em nenhuma hipótese, o programa especial de estudo elimina as avaliações para verificação do rendimento do estudante, conforme estabelecido no § 6º do Art. 157 da Resolução nº 1.892/2019 - CONSEPE.

Art. 8º O controle de frequência estará condicionado ao cumprimento do programa de estudos por parte do estudante, conforme estabelecido no § 2º do Art. 4º da Resolução nº 1.892/2019 - CONSEPE.

Art. 9º O registro de frequência dos(as) discentes em regime de exercícios domiciliares deverá ser realizado no sistema acadêmico, observadas as seguintes disposições:

§ 1º Durante o período em que o(a) discente estiver em regime de exercícios domiciliares, todas as faltas correspondentes aos dias de afastamento deverão ser devidamente registradas pelos(as) docentes ao lançar a frequência da turma, com o preenchimento do campo “Observação frequência”, informando a situação de regime domiciliar e o respectivo período em que o(a) discente ficará afastado(a).

§ 2º Caso aconteça, a retificação das faltas que extrapolarem o limite máximo de 25% (art. 146, § 2º, II da Resolução nº 1.892/2019 -CONSEPE) será realizada pelos(as) docentes, mediante o cumprimento do programa de estudos aplicado ao estudante submetido ao Regime de Estudos Domiciliares, conforme estabelecido no Art. 7º desta Instrução Normativa.

I - Quando o exercício domiciliar for finalizado dentro do período letivo regular, o ajuste das faltas será realizado antes de efetuar a consolidação da turma no SIGAA. Por sua vez, caso a finalização do exercício domiciliar ocorra após a consolidação da turma, o(a) docente deverá efetuar a retificação de registro, conforme detalhamento contido no Inciso III.

II- Para retificação das faltas antes de efetuar a consolidação da turma no sistema acadêmico, o(a) docente deverá, na Turma Virtual, selecionar o status de “Presente” na opção “Lançar Frequência”, em cada data que desejar realizar a alteração.

III- Para retificação de registros das faltas, em caso de turma já consolidada, o(a) docente deverá realizar o ajuste, no sistema acadêmico, por meio da funcionalidade “Implantar/retificar notas antigas”, no menu “Ensino”.

Art. 10º Ao estudante no regime de exercícios domiciliares que não tenha se submetido às avaliações necessárias até o término do período letivo, serão atribuídos resultados provisórios com média final igual a 0,0 (zero), para efeito de consolidação de turma do componente curricular no Sistema Acadêmico, conforme estabelecido no Art. 159 da Resolução nº 1.892/2019 - CONSEPE.

Art. 11º Os demais procedimentos relacionados ao regime de exercícios domiciliares seguem conforme determinado no Capítulo XI da Resolução nº 1.892/1019- CONSEPE.

Art. 12º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

ROMILDO MARTINS SAMPAIO

Pró-reitor de Ensino



Documento assinado eletronicamente por **ROMILDO MARTINS SAMPAIO, Pró-Reitor(a)**, em 04/12/2025, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Lei nº14.063, de 23 de setembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufma.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1731344** e o código CRC **4D3F602C**.

Referência: Processo nº 23115.035781/2025-28

SEI nº 1731344